

# De General Câmara a Visconde de Pelotas: um militar na política após a Guerra do Paraguai\*

*From General Câmara to Visconde de Pelotas: a military man in politics after the Paraguayan War*

**André Fertig**

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

## RESUMO

Este artigo possui como tema a ascensão política de José Antônio Correia da Câmara, o General Câmara e Visconde de Pelotas, após seu retorno da Guerra do Paraguai. Com tal finalidade, selecionamos três conjunturas de atuação do General: a primeira, logo após seu retorno do Paraguai e a concessão de seu título de nobreza; a segunda, quando ele tornou-se liderança política importante na Província do Rio Grande do Sul e, a terceira conjuntura, quando, no início da década de 1880, o Visconde de Pelotas exerceu, no Rio de Janeiro, as funções de senador e ministro da Guerra do Império do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra do Paraguai; Império do Brasil; História Política

## ABSTRACT

*This article has as its theme the political rise of José Antônio Correia da Câmara, General Câmara and Visconde de Pelotas, after his return from the Paraguayan War. To this end, we selected three conjunctures of the General's activity: the first, shortly after his return from Paraguay and the granting of his title of nobility; the second, when he became an important political leader in the Province of Rio Grande do Sul; and the third, when, in the early 1880s, Visconde de Pelotas assumed, in Rio de Janeiro, as senator and minister of war of the Empire of Brazil.*

**KEYWORDS:** War of Paraguay; Empire of Brazil; Political History

José Antônio Correa da Câmara nasceu em Porto Alegre em 1824 e faleceu no Rio de Janeiro em 1893. Era filho do Comendador Antônio Fernandes de Lima e de D. Flora Correa da Câmara, filha do 1o Barão e 1o Visconde de Pelotas, Tenente-General Patrício José Correa da Câmara. Em 1851 casou com sua sobrinha, Maria Rita Fernandes Pinheiro, filha de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo). De extensa carreira militar, Câmara foi legalista na Farrroupilha, quando participou no 3o Regimento de Cavalaria Ligeira e combateu também na Campanha do Uruguai (1851-1852). Ele também atuou com destaque na Guerra do Paraguai, quando esteve em campo de batalha desde a campanha no Uruguai em 1864 até a caçada final a Solano López. Ao retornar do Paraguai, recebeu o Título de Visconde de Pelotas. A partir da dé-

---

\*Artigo recebido em 17 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.  
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 83-96 – 2020.

cada de 1870, além de ascender como liderança política na Província do Rio Grande do Sul, ele assumiu cargos destacados na Corte como, senador do império e ministro da Guerra (Gabinete Saraiva 1880-1881). Insere-se na turma de políticos do Rio Grande do Sul que, a partir dos anos 1870, foram representativos da força do Partido Liberal na Província, como Gaspar Silveira Martins, Manuel Luís Osório, Antonio Eleutério de Camargo, Henrique d'Avila, Joaquim Pedro Salgado, Francisco Antunes Maciel, entre outros. Compreendemos nossa investigação acerca do General Câmara como uma possibilidade de resgatar historicamente a estreita relação entre poder e Forças Armadas ao longo da história do Brasil. No Império do Brasil, apesar da existência de uma Força Armada de caráter civil – a Guarda Nacional, a partir da segunda metade do século XIX –, os militares, mesmo com uma incipiente profissionalização e institucionalização, passaram a atuar na defesa de demandas tanto corporativas, reivindicando participação na vida política, como também protagonizando debates da pauta política no contexto de crise da monarquia (1870-1889). Tal ascensão dos militares na política nos leva a considerá-los como fundamentais na explicação da crise da monarquia e como protagonistas do “golpe republicano” de 1889. Ou seja, desde então, os militares passaram a ser, na história do Brasil, agentes históricos imprescindíveis para a explicação de nossa história, principalmente se enfocarmos a crise do Império do Brasil e a história política do Brasil republicano.

Quanto às inspirações teórico-metodológica que orientam essa pesquisa, necessitamos fazer algumas observações. As fontes primárias são, primordialmente, correspondências pessoais. Por intermédio delas conseguimos abordar tanto a história pública (política e militar) sob outra perspectiva quanto a história da vida privada (como sentimentos, valores, experiências e preocupações pessoais são narrados na esfera do privado). Além disso, consideramos as cartas

uma escrita autobiográfica, uma escrita de si, na qual o indivíduo, como sugere Teresa Malatian, “assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (MALATIAN, 2009, p. 195). E, mais ainda, defendemos que, através da análise das cartas do General Câmara, conseguimos compreender parte de sua trajetória individual e sua historicidade, ou seja, ao longo de um período e compreendendo suas transformações enquanto agente histórico (GOMES, 2004, p. 13).

No que diz respeito aos objetivos desse artigo, pretendemos caracterizar a atuação de Câmara como um militar na política, da defesa corporativa da instituição e também no quadro mais amplo da conjuntura de crise da monarquia do Brasil entre 1870-1889. Ou seja, por intermédio das missivas, verificar quais foram seus interlocutores mais frequentes na vida política pós-Guerra do Paraguai, quais os temas tratados nas cartas e, se possível, caracterizar a natureza das relações pessoais e políticas estabelecidas pelo General com os seus correspondentes. Como observa José Maria Imizcoz, “A descoberta dos laços que relacionavam as pessoas na vida econômica, social e política tem dado uma nova centralidade ao estudo das relações de família, parentesco, amizade ou clientelismo como articulações privilegiadas dos atores sociais e políticos do Antigo Regime” (IMIZCOZ, 2001, p. 20). Nos inspiramos ainda em Norbert Elias, que afirma a importância de compreender cada indivíduo a partir de suas relações sociais, que cada pessoa, em uma posição única, estabelece laços específicos por diversas razões como, por exemplo, afeto, trabalho, entre outros (ELIAS, 1994, pp. 22-27).

Assim, nosso objetivo é entender a atuação de Câmara ao enviar e receber correspondências em um sistema político clientelista, no qual as práticas políticas não distinguem as esferas pública e privada, e os indivíduos agiam preferencialmente

a partir da lógica do interesse pessoal, por amizade, parentesco ou outra relação de afetividade, utilizando-se das correspondências como um canal para suas demandas e troca de favores. Estabelecia-se, portanto, uma relação diádica, como definiu Carl Landé, cuja ênfase era o sentimento de confiança entre as duas partes (LANDÉ, 1977).

Na tentativa de responder a essas questões, selecionamos três conjunturas da atuação do General Câmara. A primeira, logo após seu retorno do Paraguai e a concessão do título de Visconde de Pelotas; a segunda, a partir de 1872 e anos seguintes, com a ascensão do Partido Liberal no Rio Grande do Sul; e finalmente, a terceira, no início da década de 1880, quando Câmara tornou-se Ministro da Guerra e Senador do Império.

Como hipótese de investigação, compreendemos que o General Câmara, após 1870, já como significativa liderança política da Província sul rio-grandense, atuava como mediador político, estabelecendo uma espécie de meio de campo das demandas dos poderosos locais com a Corte e, a partir da

década de 1880, sua capacidade de ação política aumentou expressivamente, pois ele passou a ocupar cargos no governo imperial. Nosso entendimento é que José Antônio Correa da Câmara, ao aliar e fortalecer seus atributos militares, políticos e nobiliárquicos, conseguiu acumular um poder que o lançou a um novo patamar, tornando-se então um mediador político privilegiado entre a Corte e a Província, ao conectar as localidades ao poder central, ouvindo e quase sempre satisfazendo as demandas daqueles que possuíam condições de serem seus interlocutores. Na perspectiva de uma história social da política, também é possível caracterizar esses missivistas que se comunicavam com o general como pessoas que, cotidianamente, atuavam de maneira política, pedindo favores, solicitando demandas, criticando ou elogiando alguma questão do contexto ou da pauta do momento, enfim, fazendo política. Neste sentido, vamos apresentar no quadro abaixo os mais frequentes interlocutores do General Câmara entre os anos 1869-1879:

<b>Remetente</b>	<b>Número de cartas</b>	<b>Porcentagem</b>
Manuel Luís Osório (Marquês do Herval)	84	27,9%
José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)	41	13,9%
Gaspar Silveira Martins	28	9,3%
Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias)	7	2,4%
Outros	139	46,5%
Total de cartas	299	100%

Observação: Os números são aproximados, pois correspondem às cartas do Fundo Documental General Câmara, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Como são fontes do século XIX, muitas podem ter se perdido ou extraviado ao longo do tempo.

Em cartas recebidas por Câmara durante a Guerra do Paraguai, alguns correspondentes eram mais frequentes em razão do papel militar de destaque que ele havia obtido nos últimos anos do conflito. A tabela acima

comprova isso, pois três dos principais correspondentes ao final da guerra e na década seguinte foram militares ilustres, como Osório e Caxias, ou um político fundamental na conjuntura final do conflito, no caso, Pa-

ranhos. As cartas trocadas com o Ministro plenipotenciário no Paraguai, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), tornam-se cada vez mais frequentes e ilustram a dimensão de importância da atuação de Câmara na guerra. Em carta de 8 de novembro de 1869, enviada de Assunção, Paranhos fazia o seguinte comentário: “Creio que a V. Exa. está reservada a glória de acabar com López”<sup>1</sup> (IHGRS, Fundo General Câmara, 08/11/1869). A maior proximidade de Câmara com Paranhos foi possível de ser comprovada pela troca cada vez mais usual de correspondências desde a guerra e que se manteve após o término do conflito. Do Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1871, o Visconde do Rio Branco, que recém havia assumido em março daquele ano a Presidência do Conselho de Ministros do Império, cargo político mais importante do sistema político imperial, hierarquicamente inferior apenas ao Poder Moderador de D. Pedro II, dizia o seguinte em correspondência à Câmara:

Ilmo e Exmo Senhor Visconde de Pelotas, Recebi a carta de V. Exa de 14 do passado e com muito prazer li esse testemunho de que sua amizade, que tanto aprecio, conserva a mesma animação e benevolência. Recordo-me sempre da vida que passamos no Paraguai e da perfeita inteligência e estímulo recíproco que servimos a nossa pátria. Aqui me tem V. Exa em posição muito mais espinhosa e que me tocou quando já cansado de três anos de trabalho contínuo, mas Deus levará em conta as minhas intenções, e V. Exa encontrará sempre em mim o melhor homem. Com muita consideração assino-me De V. Exa afetuoso amigo e obediente servo Visconde do Rio Branco. (IHGRS, Fundo General Câmara, 04/04/1871).

Além da proximidade com o chefe de gabinete do Império, Visconde do Rio Branco, o pertencimento de Câmara às altas instâncias de poder da Corte e sua ascensão política logo após seu retorno do Paraguai pode ser

comprovada também, por exemplo, pelo convite que o Duque de Caxias fez, no dia 28 de outubro de 1870, para um jantar na sua casa, quando o Duque salientou o convívio e o companheirismo entre eles durante a guerra:

Espero que no domingo próximo 30 do corrente seja o dia que V. Exa. destine para jantar comigo. Não pretendo convidar se não 3 dos nossos companheiros da última campanha que pertenceram ao meu Quartel General a fim de podermos em família nos recordar de nossos passados trabalhos. A hora é a mesma que no campo, as 4 horas da tarde. Seu amigo e camarada. Andará, 28 de outubro de 1870. Duque de Caxias. (IHGRS, Fundo General Câmara, 28/10/1870).

No convite acima de Caxias à Câmara para um jantar, percebemos que as práticas sociais da política e da vida pessoal se confundiam. Como observou Maria Fernanda Martins, “a vida social misturava-se à política”, visto que esses homens – “com crenças, objetivos e valores comuns” –, assim como se encontravam em casas parlamentares, universidades e ambientes formais da política, também frequentavam saraus, bailes e jantares, entre outros eventos de uma sociabilidade de caráter mais privado, compartilhando relações de amizade, parentesco e compadrio (MARTINS, 2007, p. 168).

Esta elevação de *status* político de Câmara culmina também com a concessão do título de nobreza de 2º Visconde de Pelotas, um reconhecimento pelos seus serviços militares prestados no Paraguai, afinal Câmara esteve em ação nos campos de batalha desde a campanha no Uruguai em dezembro de 1864 até meses depois do conflito, pois retornou somente em outubro de 1870 ao Brasil. Como era usual no Brasil imperial e conforme a Constituição de 1824, em troca de serviços prestados ao Estado, membros da elite recebiam títulos nobiliárquicos. O título não era hereditário e conferia poder

simbólico e efetivo ao seu portador, marcando hierarquias sociais e, portanto, definindo posições em uma sociedade marcadamente de Corte, nos moldes do Antigo Regime. Muitos militares que combateram no Paraguai se nobilitaram. Da Província do Rio Grande do Sul, além de Câmara, podemos citar, por exemplo, Vitorino José Carneiro Monteiro (Barão de São Borja), Vasco Alves Pereira (Barão de Santana do Livramento), João Nunes da Silva Tavares (Barão de Itaquí), Joaquim de Andrade Neves (Barão de Triunfo), entre outros que, em sua maioria, receberam títulos em troca de serviços militares prestados ao Império do Brasil.

Do ponto de vista do contexto político em meio a Guerra do Paraguai, devemos lembrar que as críticas e cisões políticas foram se intensificando no decorrer do conflito. Os conservadores e liberais históricos atacavam o gabinete da Liga Progressista. O acirramento da crise aconteceu quando, em 1868, o Imperador escolheu um conservador, Sales Torres Homem, para senador pelo Rio Grande do Norte. O Presidente do Conselho de Ministros do Império, Zacarias de Góis e Vasconcelos, apresentou a demissão do gabinete, aceita por D. Pedro II, mas não sugeriu nome para a sua sucessão. Para surpresa, principalmente de uma Câmara majoritariamente liberal progressista, D. Pedro II chamou para a chefia de gabinete um conservador ortodoxo, Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, oferecendo o poder a uma política “vencida nas urnas”, segundo discurso de um dos principais líderes progressistas, Nabuco de Araújo, que passou a questionar a legitimidade do novo governo. O mais importante a se ressaltar é que, a partir desta crise, reorganizou-se o sistema partidário. A partir da liderança de Nabuco de Araújo, os progressistas se articularam com os liberais históricos, formando um novo Partido Liberal. Os liberais, em seus discursos, defendiam maior descentralização política, eleições diretas, extinção do Poder Moderador e da Guarda Nacional, reforma do

judiciário, abolição da escravidão. Ou seja, eles buscavam reformar a monarquia com medidas de cunho liberal, como a recorrente questão da defesa do federalismo.

No Rio Grande do Sul, um dos reflexos da queda do Gabinete Zacarias, foi a reorganização do Partido Conservador, com o ingresso de muitos liberais-progressistas no partido. Como afirma Helga Piccolo, a entrada desse grupo de progressistas provocou “desavenças internas que se traduziram na formação de dois “blocos” dentro do partido: os “lobos”, conservadores “puros” e os “cordeiros”, ex-progressistas (PICCOLO, 1991, p. 57). Essa divisão interna do Partido Conservador o enfraqueceu, aprofundou-se mais ainda em razão da Lei do Ventre Livre (1871), aprovada no Gabinete conservador de Rio Branco e que desagradou grande parte dos conservadores, principalmente os denominados “lobos”. E, por outro lado, permitiu que o Partido Liberal, que havia se reorganizado ao longo da década de 1860, num processo liderado por Manuel Luís Osório e Félix da Cunha, vencesse, em 1872, as eleições para a Assembleia Provincial no Rio Grande do Sul, tornando-se o partido hegemônico na província até o final do período monárquico.

A vitória liberal nas eleições de 1872 foi saudada pelos correligionários do Visconde de Pelotas em diversas cartas recebidas naqueles meses logo após ao pleito. O ex-Presidente da Província e naquele período senador do Império, Antônio Fernandes Braga, no dia 30 de setembro de 1872, escrevia o seguinte:

Exmo Amigo Sr. Visconde de Pelotas, Tendo ido ao Rio de Janeiro em Agosto, (...) tive o prazer de encontrar a estimada carta de V. Exa. de 30 de Julho cujo conteúdo aprecio muito e agradeço, **felicitando V. Exa pelo bom êxito que tiveram os seus esforços nas eleições.** [grifo nosso] Acabo de receber carta de nosso amigo Marquês do Herval, dando-me os nomes da deputação liberal dessa Província, com a qual será dignamente representada. **Achava-me na Corte quando lá chegou a notícia pelo telégrafo do**

**triunfo do partido liberal, e particularmente de V. Exa nessa Capital,** [grifo nosso] a respeito do que ouvi e vi o despeito de um Sr. Souza que segundo mostrou, achasse contrariadíssimo, até nervoso com tal resultado. O gabinete com que casualmente nos encontramos obriga-me a calar o resto. (...) Que V. Exa com sua apreciável família gozem saúde, (...) Amigo muito afeto e venerador (...). (IHGRS, Fundo General Câmara, 30/09/1872).

Com este predomínio liberal houve a emergência de lideranças políticas como Manuel Luís Osório, Gaspar Silveira Martins, Henrique D'Ávila e o próprio Visconde de Pelotas que, despontaram já nesses anos iniciais de 1870 na Província e, mais para o final da década, com o Gabinete Liberal de 1878, assumiram cargos na Corte. A trajetória, por exemplo, do advogado de Jaguarão, Henrique D'Ávila, é ilustrativa da ascensão política dos liberais rio-grandenses. Conforme Amanda Both, D'Ávila foi eleito deputado provincial em 1863, se destacando ao longo da mesma década na Assembleia Provincial, ocupando inclusive em várias legislaturas a mesa diretora. Em 1880, por indicação do Visconde de Pelotas, tornou-se Presidente da Província do Rio Grande do Sul. A partir de 1882 o bacharel de Jaguarão tornou-se senador e em 1883 assumiu o Ministério da Agricultura (BOTH, 2018). Outra trajetória exemplar da ascensão liberal foi o bacharel Gaspar Silveira Martins, que fez carreira em diversos cargos da burocracia imperial, desde Juiz Municipal, Deputado Geral e Provincial, Senador do Império, Conselheiro do Estado e Ministro da Fazenda (1878). Silveira Martins, da mesma forma que Câmara e Osório, teve sua promoção política nas duas últimas décadas do Império do Brasil.

No caso de Câmara, já após retornar do Paraguai, ele poderia ter assumido cargo do poder central, visto que fora convidado para ocupar a pasta da Guerra em outubro de 1870 pelo Gabinete Rio Branco, mas acabou recusando. Tal fato evidencia dois aspectos.

O primeiro, a importância militar e política adquirida pelo Visconde de Pelotas, pois tratava-se de um liberal que havia sido chamado para ocupar um posto no ministério conservador. O segundo aspecto que inferimos desse convite a Câmara, era a habilidade política que possuía José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que conseguia circular e obter apoio nos quadros da oposição, demonstrando capacidade de diálogo e negociação com os liberais.

No que diz respeito ao âmbito provincial, talvez o expoente principal, naquele momento, entre os políticos liberais, tenha sido Manuel Luís Osório. Se compreendermos a política em sentido amplo, para além dos personagens e canais da política institucional, a atuação política do Marquês do Herval, principalmente na esfera paroquial, ao realizar uma prática política cotidiana, enviando circulares e correspondências, estabelecendo contatos pessoais, comprovam sua relevância para os quadros do Partido Liberal e para a sociedade rio-grandense. Como foi possível perceber nas cartas enviadas por ele ao General Câmara. Osório, conforme contabilizamos no quadro anterior, entre 1869 e 1879, foi o mais frequente remetente de cartas à Câmara. Guilherme Grundling, que pesquisou a relação pessoal e política entre Câmara e Osório através de correspondências, identificou que a prática de missivas entre eles vinha desde o pós-Guerra Farroupilha (GRUNDLING, 2019). Inferimos que era assim que ele fazia política, muito mais do que atuando em cargos eletivos ou burocráticos, para os quais, sabemos, tinha resistência em assumir. Ilustramos sua ação política em trecho da carta abaixo, que comprovam sua acurada capacidade de análise do contexto, suas articulações com outras lideranças como Gaspar Silveira Martins e Manuel Lucas de Oliveira, Henrique D'Ávila, Luís da Silva Flores, bem como sua preocupação com possíveis conflitos internos no Partido Liberal no futuro próximo:

(...) Tenho presente a sua de 7 de dezembro último. Vou escrever ao Gaspar sobre o Lucas. Recebi a nota da votação de Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira. O colégio conservador de Bagé não fez eleição, creio portanto que triunfará a chapa liberal. Vejo que nesse circuito está o partido sem direção, o que creio se poderá remediar reunindo-se os eleitores da capital e as principais notabilidades do partido e nomearem (...) um diretor ou chefe enquanto não chegar por ali o Sr. Porto Alegre. (...) É muito possível que tenhamos uma assembleia provincial unânime e eu e alguns amigos receamos discordância pessoal entre os eleitos que venha enfraquecer o partido, derrotá-lo mesmo para o futuro. Por essa razão escrevi aos Srs. Ávila, Ribas e Flores pedindo-lhes todo o empenho com os deputados nossos amigos, **para que não haja entre nós o que houve entre lobos e cordeiros, pois não há desculpa para quem despreza a experiência**, [grifo nosso] (...). (AHRS, Fundo General Câmara, 11/01/1873).

A atuação de Osório na política paroquial não quer dizer que ele não soubesse atuar na “grande política” de cargos e funções burocráticos do Estado imperial. Apesar de ter dito, segundo seu filho Fernando Luís Osório, que o “parlamento era para doutores e não para ele que o que sabia era de certo que não sabia nada” (OSÓRIO, 1894, p. 646), o senhor guerreiro e de estância Marquês do Herval, em 1877, depois de muita resistência, assumiu uma vaga no Senado. E, no ano seguinte, em fevereiro de 1878, dois líderes do Partido Liberal da província, Osório e Gaspar Silveira Martins, assumiam cargos no ministério. Como salientou Jonas Vargas, “pela primeira e única vez ao longo de toda a Monarquia, dois rio-grandenses eram alçados a um mesmo gabinete ministerial” (VARGAS, 2010, p. 18).

Tal acontecimento não passou despercebido por Câmara, que fez questão de parabe-

### nizar Osório pela sua nomeação de Ministro da Guerra em carta de 10 de janeiro de 1878:

Ex. Sr. Marques do Herval. Não é a V. Ex. a quem vou felicitar, mas ao país, e sobretudo ao Exército, por vê-lo nomeado Ministro dos Negócios da Guerra. Para V. Ex, compreendo bem, deve ser grande o sacrifício, não pelo que tem de árdua a missão, mas pelas contrariedades que há de sofrer. Muitas vezes, no decorrer de seu alto cargo, e que partindo de cima deixam de externar melhor resultados. Que Deus lhe dê forças para levar ao fim o bem que pode fazer, são os desejos de quem é com a maior consideração de V. Ex. Amigo e atencioso obrigado criado Visconde de Pelotas. (Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 10.01.1878, IHGB, Coleção General Osório - L.233<sup>a</sup>, citada em GRUNDLING, 2019, p. 101).

Enquanto esteve à frente da pasta ministerial da Guerra, durante o Gabinete Sinimbu (05/01/1878 a 28/03/1880), cargo que ocupou até sua morte em outubro de 1879, Osório continuou a trocar cartas com o General Câmara e outros amigos da sua vida política e dos campos de batalha. Ele, logo no segundo mês de governo, já respondia afirmativamente às demandas enviadas pelo General Câmara:

O seu recomendado Capitão Teixeira Junior foi empregado no Arsenal, e o seu parente da Secretaria de Guerra mandou-me a sua carta [grifo nosso] (...). Não pode fazer ideia do mal estado das finanças do nosso país e da desordem que encontramos na administração. Todos os nossos colegas dizem que acham as cousas pior do que pensavam, e o desperdício criou interesses que nos criaram adversários, além da dificuldade em satisfazer aos amigos que querem substituir os desmamados. [grifo nosso] (...). (IHRS, Fundo General Câmara, 24/2/1878).

Pelo trecho da mensagem acima, mesmo que Osório tenha se queixado “da dificuldade

em satisfazer aos amigos”, percebemos que ele cumpria efetivamente seu papel como mediador político entre a Corte e a província/paróquia ao atender os pedidos do General Câmara. Mesmo tendo sido muito mais um estancieiro e militar, o Marquês do Herval, no cargo de Ministro da Guerra, atuava como um típico mediador político, aquele indivíduo que conseguia transpor os limites de atuação da sua comunidade e ser responsável por realizar a conexão dos poderes regionais e locais ao poder central. Carl Landé, que enfatizou a presença da afetividade na relação diádica, em um contexto político clientelista, apontou as seguintes características:

(...) totalmente voluntária ou pode ser obrigatória apenas para um de seus membros. Pode ser difusa e vincular simplesmente uma promessa mútua de ajuda a cada um, ou pode envolver obrigações claramente definidas para cada membro. Pode existir entre duas pessoas do mesmo status socioeconômico ou entre pessoas de status desigual. Pode ser de pequena duração, manter-se durante toda a vida e até ser legada de geração em geração pelos descendentes daqueles que criaram a relação diádica original. O único elemento essencial a essa definição é que a relação deve ligar dois indivíduos entre si por um vínculo pessoal direto (LANDÉ, 1977, p. XIV).

As correspondências enviadas pelo General Osório ao General Câmara, nos tempos de ministro da Guerra, comprovam que o Marquês do Herval, mesmo na Corte, preocupava-se com a situação política na província e interferia das decisões internas da agremiação. Além disso, a frequência das cartas trocadas entre eles evidencia que Osório contava com Câmara para resolver as questões políticas na província, principalmente quanto a assuntos internos do Partido Liberal. Quando o Senador Araújo Ribeiro faleceu, no mesmo dia 26 de julho de 1879, Osório, em atitude que comprova sua deter-

minação e agilidade política, enviou um telegrama à Câmara informando a ocorrência e salientando que Câmara não deveria assumir a vice-presidência da província, pois isto poderia inviabilizar a sua candidatura ao Senado. No dia seguinte, em correspondência ao General Câmara, Osório determinava:

Você deve fazer parte da lista senatorial com o Flores e o Martins. V. Exa me conhece e por isso não se surpreenderá que eu lhe indique o Martins para candidato, depois de alguns carcóvos [sic] que seu gênio violento o tem feito ser dominado pela adulação da nossa amável e juvenil assembleia provincial (salvo honrosas exceções) disciplinada pelos ligueiros de nossa pátria – Camargo e Florêncio. (IHGRS, Fundo General Câmara, 27/07/1979)

Osório, mais adiante no texto, afirmava que permanecia no ministério para garantir a união e continuidade do gabinete liberal e concluía que uma parcela dos liberais rio-grandenses estavam perseguindo politicamente seu filho Fernando Luis Osório ao excluí-lo das eleições daquele ano. Tais conflitos internos no Partido Liberal, segundo as explicações usuais da historiografia que abordou o tema, teve origem, durante o Gabinete Sinimbu, nos debates da reforma eleitoral. Entre as medidas propostas pela reforma, aprovada, posteriormente, em 1881, como Lei Saraiva, estavam o direito de elegibilidade dos acatólicos, assunto que teria provocado a discórdia entre Gaspar Silveira Martins e Manuel Luís Osório (ROSSATO, 2014, p. 123).

No decorrer desta crise interna do gabinete Sinimbu, que levou à saída de Gaspar Silveira Martins do ministério, foi possível comprovar o quanto Osório estava conectado com as pautas da política da província e como ele atuou, com agilidade e frequência na questão, bem como destacou o General Câmara para ser seu interlocutor e braço político no Rio Grande do Sul. Há uma sequência de cartas de Osório sobre o tema.

Em 9 de julho de 1879, Osório comentava com Câmara que Silveira Martins, Florêncio Carlos de Abreu e Silva e Antônio Eleutério Camargo “atiraram-se na oposição contra o governo”. O mais interessante é que Osório aliviava com Silveira Martins, afirmando que tinha “expressões de benevolência” para com ele. Todavia, quanto aos outros dois colegas liberais, avaliava que eram “autores de más consequências para o nosso partido”. Concluía a mensagem dizendo que sairia do governo se a sua retirada desse “ganho de causa aos acatólicos”. Enquanto ele não estivesse convencido disso, ficaria no Gabinete Sinimbu, inspirado “nos interesses reais e sérios do país e do meu partido” (IHGRS, Fundo General Câmara, 09/07/1879).

Em 24 de agosto de 1879, Osório informava que Gaspar Silveira Martins iria à província “com ânimo para acabar com a discórdia do partido”. As palavras do General indicavam – ou pelo menos era o que ele desejava sugerir – que o conflito era muito mais entre os liberais rio-grandenses do que entre ele e Silveira Martins, pois finalizava a missiva dizendo o seguinte: “Estimarei que ele resista ao mal gênio dos que a promoveram, e que com negra calúnia projetaram desacreditar-me” (IHGRS, Fundo General Câmara, 24/08/1879). Uma semana depois, em 1º de setembro de 1879, Osório voltava ao mesmo tema afirmando que estava “de acordo em fazer parar a discórdia no Partido Liberal, ideia que tem também o Gaspar, segundo me disse”. E complementava o Marquês:

Devo porém dizer-lhe: que a oposição que por ai se tem feito ao governo não tem razão de ser, e pode comprometer o nosso empenho se continuar; V. Exa melhor apreciará as causas e resolverá com seu costumado tino (IHGRS, Fundo General Câmara, 01/09/1879).

Neste trecho acima, além da promessa de Osório em terminar com os atritos com Silveira Martins, percebemos que ele atribuía

à Câmara o papel de pacificador dos liberais da província, alguém que teria a capacidade de unir os membros do partido. Também o Deputado geral liberal Antônio Eleutério de Camargo, que estava na Corte, escrevia à Câmara para comentar as dissensões internas no partido. Pelas palavras de Camargo, confirmamos os limites das correspondências como fonte histórica, algo inerente a qualquer testemunho, quando Camargo, em determinado trecho, faz questão de dizer que falaria pessoalmente com Câmara sobre o conflito entre Osório e Silveira Martins, pois havia “cousas que não se podem, nem se devem dizer em telegramas e cartas”:

Infeliz partido o nosso. Vejo tudo um horrível desmantê-lo (sic), estamos desnordeados e não se confia em mais nada. Para coroar a obra o Martins saiu do ministério e ficou o General Osório! Ei de dar a V. Exa as razões porque ficou o General Osório; não o faço hoje porque há cousas que não se podem, nem se devem dizer em telegramas e cartas. [grifo nosso] Por hoje posso apenas dizer que o próprio Fernando declarou-me que havia pedido, como filho, que seu pai continuasse! (IHGRS, Fundo General Câmara, 23/02/1879).

Ou seja, ao longo da década de 1870, a maior expressão política dos liberais rio-grandenses fez com que houvesse, cada vez mais, uma aproximação e um diálogo entre políticos da Corte e lideranças liberais da Província. Além de conterrâneos, como os colegas de farda e partido, Antônio Eleutério de Camargo e Manuel Luís Osório, outros políticos experientes, como João Vieira Lins Cansansão Sinimbu, se correspondiam com frequência com o Visconde de Pelotas e o reconhecia como liderança política. Da Corte, em 28 de novembro de 1876, Sinimbu saudava Pelotas pela vitória liberal nas eleições daquele ano: “Ilmo e Exmo Sr. Visconde de Pelotas, Lendo no coração de V. Exa os (...) sentimentos, cada qual mais nobre, o

triumfo do partido, e o orgulho do Rio-Grandense, por ver desafrontados os brios de sua honrosa Província, (...)" (IHGRS, Fundo General Câmara, 03/11/1876).

Jonas Vargas observou essa maior representatividade da elite rio-grandense no poder central nas décadas finais do Império:

O papel significativo dos rio-grandenses no Paraguai e o seu crescente recrutamento para os gabinetes possibilitaram um melhor acesso aos diversos recursos materiais e simbólicos que emanavam do mundo da Corte. Em consequência disso, as elites da província conquistaram muitos dos tão cobiçados cargos na burocracia, vários títulos nobiliárquicos, diversos contratos públicos, além de uma rede social de maior importância. Portanto, ao comporem a elite política central, estes homens, que já eram bastante conhecidos e respeitados na sua província, viram as suas clientelas crescerem cada vez mais. A sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e conceder favores aumentou muito o seu poder e prestígio social. Neste sentido, dentro do mundo da política, os ministros, os senadores e os deputados gerais ocupavam um papel central (VARGAS, 2010, pp. 20-21).

Compor a elite política central foi o que fez o General Câmara ou Visconde de Pelotas, a partir de 1880, quando chegou ao Rio de Janeiro para ser ministro da Guerra do Império no Gabinete Saraiva. Já uns dias antes dele ser nomeado para o Senado e o Ministério, João Antônio Mendes Totta, que também havia sido cônsul do Brasil no Paraguai, atualizava a situação política na Corte, agradecia uma carta de recomendação que Câmara havia enviado a Silveira Martins e antecipava as mudanças no gabinete imperial:

Como V Exa saberá, o Rei obrigou o V Sinimbu a deixar a chefança (sic), e asseveram pessoas importantes que as causas principais são: a escolha de V Exa e do Conselheiro Gaspar para o Senado e a projetada dissolu-

ção da Câmara. Sua Majestade ainda foi velhaca, chamando o Visconde do Abaeté para organizar Ministério, pois ele bem sabia que o Limpo está sujo – quero dizer que o homem já foi homem (...) (IHGRS, Fundo General Câmara, 11/03/1880).

Além da crítica ao bacharel mineiro Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), um dos mais ilustres saquaremas e “Estadistas do Império”, para usarmos expressão de Joaquim Nabuco, já que Limpo de Abreu ocupara diversos cargos durante o Império, fora juiz, ministro, chefe do Gabinete de 1859, conselheiro de Estado (1848-1883) e um dos mais longevos senadores (1847-1883), Mendes Totta informava ainda que Saraiva iria assumir a chefia do gabinete e que corriam “em todos os círculos” que Câmara seria o ministro da Guerra. A expectativa de Mendes Totta se confirmou em 28 de março de 1880, quando José Antonio Saraiva passou a chefiar o gabinete imperial e Câmara tornou-se senador e ministro. Ao chegar ao Senado, nomeado por Carta Imperial de 31 de março de 1880, e uma pasta ministerial, cargo que ocupou de 5 de abril do mesmo ano até 15 de maio de 1881, o General Câmara alavancou sua capacidade de atuação e mediação política. Como observou José Maria Imizcoz, uma das características principais do mediador político é transitar por diferentes núcleos sociais e estabelecer a conexão entre os interesses locais e nacionais. Assim como havia ocorrido com o General Osório, era exatamente essa a expectativa agora na Corte em relação à Câmara, já que, ao ocupar postos chave do sistema político, ele aumentava significativamente sua capacidade de atuação como mediador político. Nos dias seguintes às duas nomeações, chegavam correspondências parabenizando-o pelos novos cargos na Corte. Na formalidade que a ocasião exigia, João Francisco Vieira Braga, Visconde de Piratini, de Pelotas, também em nome da Viscondessa, saudava assim:

Congratulo-me como devo com V. Exa por havê-lo sua Majestade O Imperador, meu Augusto Amo, mui acertadamente, escolhido Senador, devido à seu mérito pessoal, e reconhecidos serviços, sendo-me também satisfatório ser-lhe confiada a direção dos Negócios da Guerra, tarefa espinhosa mas que é forçoso desempenhar a bem da Nação (IHGRS, Fundo General Câmara, 05/04/1880).

Os pedidos de favores através das cartas a partir de então se multiplicaram. Eram colegas de farda, correligionários do Partido Liberal, parentes e amigos que passaram a enviar as mais diversas demandas. As mais frequentes missivas recebidas a partir da década de 1880 relacionavam-se a solicitação de postos no governo imperial. As pessoas pediam, por exemplo, empregos, nomeações ou promoções de amigos ou afilhados. Seu parceiro político de longa data, o bacharel Henrique D'Ávila, escrevia a seguinte mensagem ao agora senador e ministro da Guerra:

Porto Alegre, 11 de setembro de 1880. Sem aspirações na política, desconhecido fora dessa província, só tenho apoio em que me honra o Governo, a pessoa de V. E. [grifo nosso] O Coronel Mariante pede ao governo a sua exoneração do comando superior, e eu informo seu requerimento do modo pelo qual verá nos papeis que vão junto a este. (...) Penso que nessa ocasião em que o governo deve galardoar o velho servidor da pátria e do Partido Liberal com algum título ou condecoração, e se assim pensar V. E. [grifo nosso] rogo-lhe que promova esse ato de justiça que muito satisfará ao nosso velho amigo e companheiro. Agradeço a promoção do Cadete Pereira, com o reconhecimento de um pai que se dirige ao benfeitor ou protetor de seu filho [grifo nosso] (IHGRS, Fundo General Câmara, 11/09/1880).

As palavras de D'Ávila, naquele momento Presidente da Província do Rio Grande do

Sul, cargo que ocupou de 19 de abril de 1880 até 4 de março de 1881, são representativas da cultura política clientelística em que estava inserida a prática das missivas. Desde a postura humilde de Ávila, que se colocava como um “desconhecido” fora do Rio Grande do Sul, passando pelo papel de mediador da demanda do Coronel Mariante, com a sugestão que o mesmo recebesse também alguma homenagem, e finalizando com o agradecimento por um favor obtido, a promoção do cadete Pereira, se comparando a um pai que agradecerá ao benfeitor de seu filho. A mensagem, portanto, exemplifica bem esse novo patamar alcançado pelo Visconde de Pelotas de mediador político na Corte imperial.

O filho de Osório, Fernando Luís Osório, depois da morte de seu pai, passou a ser um frequente remetente de cartas à Câmara e continuou a tratar de um dos assuntos mais caros a seu pai, os atritos entre os liberais rio-grandenses. Em uma longa mensagem de 25 de novembro de 1880, Fernando Luís se queixava do Presidente da Província D'Ávila pela abstenções dos eleitores na recente eleição para deputados provinciais. Todavia, o alvo principal das críticas era mesmo Gaspar Silveira Martins, considerado o elemento da discórdia, que estaria dando “amostra de seu caráter ricocho (sic), de sua vontade de tudo deprimir e amesquinhar em proveito próprio”, conforme palavras de Fernando Luís Osório. Seguia a carta dizendo que Silveira Martins “abusava da amizade”, era “desleal e hipócrita” entre outros adjetivos mencionados, recomendava que Câmara escolhesse um presidente de Província para o Rio Grande “mais conciliador” e observava o seguinte: Não se esqueça V. Exa do que esse fingido amigo dizia, referindo-se de longe a meu pai que era o seu protetor: □ é preciso acabar com o domínio da espada no Rio Grande do Sul”. No final da mensagem, ele atribuía à Câmara, assim como seu pai e outros já haviam feito, a tarefa de conciliar os liberais: “Que gloriosa tarefa está reservada

a V. Exa, Sr. Visconde, a de promover a conciliação, a harmonia nas fileiras liberais!" (IHGRS, Fundo General Câmara, 25/11/1880). Esse comentário de Fernando Luís Osório parece indicar que, mesmo a elite rio-grandense, constituída nesses Oitocentos principalmente pela junção de militares e advogados, basta lembrar os personagens aqui destacados – Câmara e Osório (militares), Gaspar Silveira Martins e Henrique d'Ávila (bacharéis) – sofriam as fortes tensões que, nestes anos finais da Monarquia, passaram a existir entre os de "farda" e os de "casaca".

Enquanto exerceu o cargo de ministro da Guerra, Câmara recebia correspondências das mais diversas autoridades políticas, por exemplo, do Imperador D. Pedro II, que remeteu algumas cartas tratando de assuntos como o pedido de créditos suplementares para a pasta da Guerra, o que o monarca indeferiu, ou recomendando à Câmara, em 8 de maio de 1880, que se fizesse para Caxias as mesmas honras fúnebres que haviam dado a Osório (IHGRS, Fundo General Câmara, 08/05/1880). Porém, mais usual eram as correspondências de seus colegas de gabinete, de presidentes de província, senadores, deputados gerais, correligionários do Partido Liberal, parentes e amigos. Grande parte delas possuía um objetivo comum: eram pedidos de favores que chegavam ao ministro da Guerra. Como foram muitas mensagens enviadas ao longo de seu tempo de ministro da Guerra, vou citar algumas que considero representativas:

O militar e Deputado Provincial Joaquim Pedro Salgado, liderança liberal importante no Rio Grande do Sul, agradecia a sua nomeação para Comandante Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre e afirmava que se esforçaria para "não deixar mal os meus distintos chefes e amigos que assim o quiseram" (IHGRS, Fundo General Câmara, 04/12/1880). Em muitas situações, alguém da província pedia que Câmara atuasse em seu favor ou de seus recomendados. Câma-

ra seria uma espécie de ponte para se chegar a outra autoridade do governo imperial;

Esse foi o proceder de Ramiro Barcelos que, por intermédio de seu tio Hilário José de Barcelos, fez chegar à Câmara sua carta escrita em Porto Alegre no dia 28 de maio de 1880. Na mensagem, o Doutor Barcelos, que naquele momento ainda pertencia as fileiras liberais, mas que mais adiante se tornaria uma importante liderança do movimento republicano no Rio Grande do Sul e, a partir de 1884, ativo redator do jornal *A Federação*, do Partido Republicano Rio-grandense, atualizava as informações sobre a vitória dos liberais nas eleições na Província. Entretanto, a missiva possuía um objetivo maior, que era pedir ao Visconde de Pelotas que intercedesse junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros para que este garantisse "os interesses nacionais no Rio da Prata" na questão dos súditos brasileiros que haviam tido prejuízos de guerra e eram credores do Governo Oriental (Uruguai) (IHGRS, Fundo General Câmara, 28/05/1880).

Até mesmo autoridades religiosas interpellavam Câmara para solicitar favores para terceiros. O Bispo de Cuiabá, que assinava a carta apenas como "Dom Carlos" e dizia que não conhecia pessoalmente Câmara, pedia a transferência do Capitão do 8º Batalhão de Infantaria, Antônio de Castro e Silva, para o Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe (IHGRS, Fundo General Câmara, 30/09/1880).

Outros frequentes interlocutores de Câmara eram seus correligionários liberais, como Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho, da segunda geração da família Andrada, irmão de José Bonifácio (o moço) e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que esteve à frente de significativas instâncias de poder como deputado provincial e geral pela Província de São Paulo, ministro dos Negócios Estrangeiros (1886), ministro da Justiça (1866-1868), conselheiro de Estado (1879-1886). Em carta de 24 de dezembro de 1880, Martim Francisco solicitava um pedido

de promoção a alferes de um afilhado seu. Ilustramos essa correspondência abaixo, pois ela é representativa da maioria dos pedidos de favores enviados à Câmara no seu tempo de ministro da Guerra:

Tomou a liberdade de interceder perante V. Exa. em favor do 2º Cadete Manoel Lúcio dos Santos Lima, do 1º Batalhão de Infantaria. Este moço é pobre, tem mãe e uma irmã solteira, que carecem de seu auxílio para isso; é ele bom filho e merecedor de toda a proteção de V. Exa. (...) **para o meu afilhado que está na proposta desejo a promoção a alferes.** [grifo nosso] Muito prazer terei eu se for atendido o meu pedido e em ser devedor de V. Exa. de mais um valioso obséquio (...) (IHGRS, Fundo General Câmara, 24/12/1880).

Para concluir, espero que tenhamos demonstrado a potencialidade heurística das correspondências para a produção do conhecimento histórico. Como afirmou José Maria Imizcoz, a informação que contém uma correspondência é de grande riqueza qualitativa, pois mostra como as relações entre as pessoas “funcionam realmente na prática” enquanto interações efetivas, não apenas relações nominais. Conforme Imizcoz:

*Se observa el capital relacional y su uso, las funciones de mediación, el desarrollo de la acción, la movilización de los actores implicados en ella, la transmisión de la información, los intercambios de bienes y servicios, la circulación de favores, el poder de influencia efectivo, las conexiones con las instituciones, etc. Las cartas revelan también el significado que los propios actores dan a sus relaciones, su “economía moral”. Expresan los valores, normas o ideas con las que éstos actúan y se relacionan entre sí (IMÍZCOZ, 2011).*

Na perspectiva da história política, nosso intuito foi focar – por intermédio de José Antônio Correa da Câmara - como atuavam alguns personagens da política rio-

-grandense na última conjuntura do Império do Brasil. Objetivamos mostrar que, a partir da ascensão, principalmente, de políticos liberais à Corte do Rio de Janeiro, houve, a partir da década de 1870, uma maior representatividade política do Rio Grande do Sul nas instâncias de poder central do Império do Brasil. Tal fenômeno – aqui analisado pelos estudo de caso do General Câmara – incrementou a capacidade de ação, a efetivação de relações pessoais e o atendimento de demandas de favores em outro patamar, com a promoção de um canal de mediação política entre o poder central e o provincial/local. A trajetória de ascensão política de Câmara, aqui abordada a partir de suas relações estabelecidas, nos fez compreender também as modificações que uma pessoa sofre ao longo do tempo. Consideramos imprescindível analisar as relações sociais construídas pelo sujeito como possibilidade de explicar a sua historicidade, ou seja, suas transformações no tempo, o que Norbert Elias conceituou como fenômeno reticular, a capacidade “de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras” (ELIAS, 1994, p. 29).

Além disso, mesmo que preliminarmente, procuramos demonstrar alguns caminhos usuais da comunicação administrativa entre as autoridades do governo imperial com os poderes provinciais e locais. Ao destacar o General Câmara, o Visconde de Pelotas, desejamos ainda compreender uma transformação histórica significativa ocorrida na conjuntura pós-Guerra do Paraguai, que foi o expressivo ingresso de militares na vida política, processo matriz da militarização da política, elemento central se quisermos explicar a história política do Brasil desde então.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTH, Amanda Chiamentti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado imperial brasileiro* (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Porto Alegre: Edipucrs, 2018.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara, sua vida política*. v. 3. Porto Alegre, IEL, 1979.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. "A Título de Prólogo". In: *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GRUNDLING, Guilherme. *Política e sociabilidade no século XIX: a relação entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.
- IMIZCOZ, José Maria. *Introducción Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global*. In: IMIZCOZ, José Maria (dir.). *Redes familiares y patronazgo. Aproximación al entranado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Regimen* (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.
- \_\_\_\_\_. Parentesco, amistad y patronazgo. La economía de las relaciones familiares en la hora navarra del siglo XVIII, in C. Fernández y A. Moreno (ed.), *Familia y cambio social en Navarra y País Vasco. Siglos XIII al XX*. Pamplona: Instituto de Ciencias para la familia, 2003, p.165-216.
- IMIZCOZ, José Maria e RUIZ, Lara Arroyo. *Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradadas*. *REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 21, Diciembre 2011.
- LANDÉ, Carl H. *A base diádica do clientelismo*. In: SCHIMIDT, S; et al. *Friends, followers and factions*. Tradução de Luiz Alberto Grijó. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977.
- MALATIAN, Tania. *Cartas: narrador, registro e arquivo*. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tania (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger e filhos, 1894.
- PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 20
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> A ortografia das fontes foi atualizada.